

**ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 02 de outubro de 1999, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados compareceram às 8 horas.**

**Prova Objetiva do II EXAME DE ORDEM / 1999  
28.08.99**

1- Um advogado, ao renunciar ao mandato que lhe foi outorgado por um cliente, deverá continuar a representa-lo durante um período que se segue à notificação da renúncia, salvo, evidentemente, se for substituído antes do término desse prazo. Indaga-se: de quantos dias é esse período?

- ( ) a) Cinco dias;
- ( ) b) dez dias;
- ( ) c) quinze dias;
- ( ) d) trinta dias.

2- Dentre as situações abaixo alinhadas, com relação a um advogado inscrito regularmente na OAB, somente uma delas irá redundar em licenciamento do profissional. Assinale-a.

- ( ) a) sofrer penalidade de exclusão;
- ( ) b) passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia;
- ( ) c) perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição;
- ( ) d) passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia.

3- Quem preside, no âmbito do Conselho Federal da OAB, a 1ª e a 2ª Câmara?

- ( ) a) O Vice-Presidente e o Tesoureiro da Entidade, respectivamente;
- ( ) b) O Secretário-Geral Adjunto e o Secretário-Geral da Entidade, respectivamente;
- ( ) c) O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da Entidade, respectivamente;
- ( ) d) O Secretário-Geral e o Tesoureiro da Entidade, respectivamente.

4- Dentre os que compõem o Conselho Federal da OAB, estão os Conselheiros Federais integrantes das Delegações de cada Unidade Federativa, os quais representam todos os Conselhos Seccionais. Pergunta-se:

quantos Conselheiros Federais integram cada Delegação?

- a) três (3);
- b) quatro (4);
- c) cinco (5);
- d) oito (8).

5- O Advogado “Y” possui Inscrição Principal na Seccional da OAB - Rio de Janeiro, e Inscrições Suplementares nas Seccionais da OAB do Espírito Santo, de Minas Gerais e de São Paulo. Exercendo a profissão em Belo Horizonte (MG), pratica uma infração disciplinar. Indaga-se: qual o Conselho Seccional competente para punir disciplinarmente o Advogado “Y”?

- a) Conselho Seccional da OAB - Rio de Janeiro;
- b) Conselho Seccional da OAB - Espírito Santo;
- c) Conselho Seccional da OAB - Minas Gerais;
- d) Conselho Seccional da OAB - São Paulo.

6- As Caixas de Assistência dos Advogados são criadas pelos Conselhos Seccionais quando estes constarem com quantos inscritos?

- a) com mais de 15 inscritos;
- b) com mais de 60 inscritos;
- c) com mais de 100 inscritos;
- d) com mais de 1.500 inscritos.

7- Dentre os Órgãos da OAB, qual o competente para editar provimentos?

- a) o Conselho Federal;
- b) os Conselhos Seccionais;
- c) as Subseções;
- d) as Caixas de Assistência dos Advogados.

8- Uma das afirmativas abaixo não está correta. Assinale-<sup>a</sup>

- a) O advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte;
- b) É permitido ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente;
- c) Presumem-se confidenciais as comunicações epistolares entre

advogados e clientes, as quais não podem ser reveladas a terceiros;

- ( ) d) Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação dos interessados para esclarecimentos, ou do representado para a defesa prévia, em qualquer caso no prazo de 15 (quinze) dias.

9- Uma das atitudes abaixo arroladas, se tomada por um Advogado, irá contrariar dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB. Assinale-a

- ( ) a) Velar por sua reputação pessoal e profissional;  
( ) b) Preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão;  
( ) c) Aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial;  
( ) d) Entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste.

10- Dentre as sanções disciplinares previstas na Lei nº 8.906/94, está a de “exclusão”. Para que seja aplicada, é necessária a manifestação favorável de um determinado número de membros do Conselho Seccional competente. Qual é esse número de membros?

- ( ) a) Necessariamente, a totalidade dos membros do Conselho Seccional;  
( ) b) No mínimo, um terço dos membros do Conselho Seccional;  
( ) c) No mínimo, a metade dos membros do Conselho Seccional;  
( ) d) No mínimo, dois terços dos membros do Conselho Seccional.

11- O Código Civil dispõe:

*“Art. 4º - A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro.”*

Quando o Código põe a salvo os direitos do nascituro, quis o legislador:

- ( ) a) definir o começo da personalidade;  
( ) b) antecipar efeitos da personalidade;  
( ) c) definir o momento da capacidade jurídica;  
( ) d) antecipar a legitimidade.

12- A condição é mista quando:

- ( ) a) se aglutina a uma condição potestativa;

- ( ) b) pode ser expressa ou tácita;
- ( ) c) depende ao mesmo tempo da vontade de uma das partes e, do acaso ou da vontade de terceiro;
- ( ) d) depende de uma parte, mas não exclusivamente de seu arbítrio.

13- A mulher conserva a propriedade, a administração, o gozo e a livre disposição dos bens parafernais. Entretanto:

- ( ) a) o marido na administração desses bens, não está obrigado a prestar contas;
- ( ) b) a mulher não pode alienar os bens imóveis;
- ( ) c) o marido, mesmo sem consentimento da mulher, pode alienar os direitos reais sobre imóveis alheios;
- ( ) d) o marido, como procurador para administrar bens particulares da mulher, não está obrigado a restituir os frutos.

14- A herança poderá:

- ( ) a) ser aceita de forma tácita;
- ( ) b) ser renunciada de forma tácita;
- ( ) c) ser aceita por atos officiosos;
- ( ) d) ser aceita por cessão gratuita, pura e simples, aos demais co-herdeiros.

15- Aquele que trabalhando matéria-prima, obtiver espécie nova:

- ( ) a) não lhe adquire a propriedade;
- ( ) b) se toda a matéria for alheia, e não se puder reduzir à forma precedente, será do especificador de boa-fé a espécie nova;
- ( ) c) mesmo que o preço da mão-de-obra não exceda o valor da matéria-prima, a espécie nova pertencerá ao dono da matéria-prima;
- ( ) d) sendo praticável a redução, e a espécie nova for obtida de má-fé, pertencerá esta ao especificador.

16- O processo civil rege-se pelo princípio dispositivo (*judex secundum allegata partium judicare debet*).

- ( ) a) é possível excepcionar sua aplicação perante razões de ordem pública;
- ( ) b) é possível excepcionar sua aplicação perante interesse

exclusivamente patrimonial;

- ( ) c) é possível excepcionar sua aplicação perante situação financeira privilegiada das partes;
- ( ) d) as razões de ordem igualitária não autorizam excepcionar a aplicação do princípio.

17- A competência:

- ( ) a) em razão do valor poderá modificar-se pela continência;
- ( ) b) a competência territorial, em ações conexas, é definida pela continência;
- ( ) c) imóvel situado em mais de um Estado, tem o foro determinado pela prevenção, alcançando a competência somente parte do imóvel;
- ( ) d) do juiz principal não se prorrogará para as causas que respeitam ao terceiro interveniente.

18- O incidente de falsidade:

- ( ) a) tem lugar somente no primeiro grau de jurisdição;
- ( ) b) pode ser suscitado pela parte que produziu o documento, quando da interposição do recurso de apelação;
- ( ) c) após encerrada a instrução, correrá em apenso aos autos principais;
- ( ) d) após suscitado, o juiz lhe dará prosseguimento em apenso aos autos principais.

19- O recurso adesivo:

- ( ) a) é interposto em prazo assinado pelo juiz;
- ( ) b) é autônomo;
- ( ) c) é admissível no recurso ordinário;
- ( ) d) não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.

20- Na execução de prestação alimentícia:

- ( ) a) a prisão será decretada se os embargos forem julgados improcedentes;
- ( ) b) farse-á nos termos da execução para a entrega de coisa;
- ( ) c) o juiz mandará citar o devedor, entre outras, para justificar a impossibilidade de efetuar o pagamento;

( ) d) do despacho do juiz que manda citar o devedor, cabe apelação.

21- Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

\* No procedimento dos crimes dolosos contra a vida o número máximo de testemunhas arroladas para depor em plenário é o mesmo da instrução criminal.

\*No caso de inquérito apurado pela Polícia Federal, o prazo inicial para conclusão, estando o réu preso, pode ser prorrogado por igual período.

\*O protesto por novo júri impedirá a interposição de apelação.

\*Os vícios por acaso existentes no inquérito acarretam nulidades processuais, isto é, atingem a fase seguinte da persecução penal: a da ação penal.

( ) a) Sim, sim, sim, não.

( ) b) Não, não, não, sim.

( ) c) Não, sim, não, não.

( ) d) Sim, não, sim, sim.

22- Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

\*A finalidade do inquérito policial é a apuração de fato que configure infração penal e a respectiva autoria para que possa a autoridade policial oferecer denúncia.

\*A lei processual não permite ao acusado negar, silenciar ou mentir, vez que há sanção prevista no caso de ocorrência de tais situações.

\*No julgamento pelo Tribunal do Júri, havendo 3 réus, o tempo legal para a defesa, em sua primeira fala, é de 3 horas e de 2 horas para a tréplica.

\*No julgamento pelo Tribunal do Júri, havendo 4 réus, o tempo legal para a acusação, em sua primeira fala, é de 3 horas e de 1 hora para a réplica.

( ) a) Não, sim, sim, não.

( ) b) Não, não, não, sim.

( ) c) Sim, sim, sim, não.

( ) d) Não, não, sim, não.

23- Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

\*Na prisão por cumprimento de pena exclui-se o dia do começo e computa-se o dia final se não for sábado, domingo ou feriado.

\*A sentença da pronúncia é decisão interlocutória simples não terminativa.

\*No procedimento dos crimes dolosos contra a vida a defesa não poderá arrolar, para depor em plenário, testemunha já arrolada na defesa prévia.

\*Para a instauração de inquérito por crime de ação privada exclusiva o ofendido deve apresentar *queixa* na delegacia.

( ) a) Sim, sim, sim, sim.

( ) b) Não, não, sim, não.

( ) c) Não, sim, não, sim.

( ) d) Não, não, não, não.

24- Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

\*A falta de entrega da cópia de libelo ao réu é mera irregularidade, não constituindo causa de nulidade.

\*O princípio da *identidade física* do juiz não vigora no processo penal.

\*Em se tratando de recurso em Sentido Estreito é facultado a recorrente e o recorrido apresentação de Razões em segunda instância.

\*As testemunhas já arroladas na denúncia, mesmo que arroladas novamente no libelo, não podem ser ouvidas em plenário do Júri.

( ) a) Não, não, sim, não.

( ) b) Sim, sim, não, sim.

( ) c) Não, sim, não, não.

( ) d) Sim, sim, sim, não.

25- Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

\*Da decisão que reconhece a incompetência do juízo cabe apelação.

\*O crime de exercício arbitrário das próprias razões, desde que praticado sem violência, é de natureza privada.

\*Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para oferecimento da denúncia é contado do recebimento das peças de informação ou da representação que contiver os elementos indispensáveis à propositada da ação penal.

\*O protesto por novo júri deve ser interposto no prazo de oito dias.

- ( ) a) Não, não sim, sim.
- ( ) b) Sim, não, não, não.
- ( ) c) Sim, sim, sim, não.
- ( ) d) Não, sim, sim, não.

26- Assinale a alternativa **correta**:

- ( ) a) No caso de julgamento de dois réus, por crime de tentativa de homicídio, o tempo para exposição da tese de defesa, em plenário, será de três horas.
- ( ) b) A falta de leitura do libelo é causa de nulidade absoluta.
- ( ) c) Na contrariedade ao libelo não é permitido arrolar para depor em plenário o mesmo número de testemunhas arroladas no libelo.
- ( ) d) Tratando-se o libelo de decisão interlocutória simples, dele cabe recurso.

27- Assinale a alternativa **incorreta**:

- ( ) a) Diligências podem ser requeridas na contrariedade ao libelo.
- ( ) b) Bigamia e adultério são crimes de ação privada exclusiva.
- ( ) c) O prazo para oferecimento da denúncia, em se tratando de crime de abuso de autoridade é de quarenta e oito horas.
- ( ) d) Havendo representante do assistente de acusação, este em plenário do Júri, falará após o representante do MP.

28- Assinale a alternativa **incorreta**:

- ( ) a) Não há obrigatoriedade de apresentação do rol de testemunhas na contrariedade ao libelo.
- ( ) b) Nada impede a prisão em flagrante no caso de crime de ação penal privada.
- ( ) c) O réu não pode alegar da própria sentença absolutória mesmo visando a mudança do fundamento legal de sua absolvição.
- ( ) d) Não sendo encontrado o réu, o edital será publicado com prazo de quinze dias.

29- Assinale a alternativa **correta**:

- ( ) a) A decisão proferida no juízo cível que conclui pela inexistência

de uma infração penal tem força *vinculante* para o juízo criminal.

- ( ) b) A representação criminal somente poderá ser dirigida à autoridade policial.
- ( ) c) A prisão em flagrante somente poderá ser processada dentro das primeiras vinte e quatro horas após a prática da infração.
- ( ) d) A falta de entrega da Nota de Culpa não dá ensejo ao relaxamento da prisão.

30- Assinale a alternativa **incorreta**:

- ( ) a) O princípio da soberania dos veredictos no rito do Júri, não é um princípio absoluto.
- ( ) b) Durante os debates, a pedido das partes, podem ser reinquiridas testemunhas já ouvidas em plenário e até ouvida testemunha não arrolada, a pedido dos jurados, se estiver presente.
- ( ) c) A queixa somente poderá ser dada por procurador, sendo prescindível constar do instrumento de mandato menção do fato criminoso, desde que nela contido.
- ( ) d) O erro na capitulação do fato, na denúncia, é irrelevante e caracteriza mera irregularidade.

31- A Consolidação das Leis do Trabalho passou a ter vigência em 10 de novembro de 1943, como previsto:

- ( ) a) pela Organização das Nações Unidas, que, na Assembléia Geral do ano de 1943, decidiu que o Brasil necessitava, urgentemente, de uma legislação própria para dirimir conflitos trabalhistas;
- ( ) b) na Constituição Federal de 1937, que determinou a promulgação de lei específica contemplando os direitos trabalhistas;
- ( ) c) no Decreto-lei n. 5.452/43, que aprovou a CLT e estabeleceu uma legislação própria para a relação individual e coletiva entre patrões e empregados;
- ( ) d) na “Carta Del Lavoro” italiana, que estabeleceu que os países alinhados com a ideologia fascista deveriam adotar regras de Direito do Trabalho idênticas entre eles.

32- O art. 5º da CLT determina que “A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo”. Desse conceito extrai-se que:

- ( ) a) pessoas do mesmo sexo deverão perceber salário igual, independente da função exercida;
- ( ) b) homem e mulher deverão perceber salário igual, desde que o trabalho seja de igual valor e executado para o mesmo empregador;
- ( ) c) todos os empregadores deverão remunerar igualmente homens e mulheres, sempre que o trabalho for de igual valor;
- ( ) d) somente as empresas do setor bancário estão sujeitas ao artigo 5º da CLT.

33- A teoria da despersonalização do empregador garante:

- ( ) a) que o novo empregador assume toda e qualquer responsabilidade sobre os créditos trabalhistas não pagos aos empregados pelo empregador sucedido;
- ( ) b) que o empregador sucedido responde subsidiariamente pelos créditos trabalhistas de seus ex-empregados;
- ( ) c) que o novo empregador somente é o responsável pelos créditos trabalhistas oriundos da nova relação de emprego e não por aqueles , por ventura, não pagos pelo empregador sucedido;
- ( ) d) que o empregador sucedido é o único responsável pelos créditos trabalhistas não pagos durante a sua administração.

34- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS é uma obrigação legal que alcança:

- ( ) a) o servidor público federal e será disponibilizado somente com a aposentadoria espontânea;
- ( ) b) o servidor (federal, estadual e municipal) e será pago juntamente com a gratificação natalina;
- ( ) c) o empregado de empresa de economia mista e será liberado no caso de dispensa sem justa causa;
- ( ) d) todos os trabalhadores, públicos e privados, e será pago juntamente com a gratificação semestral, também conhecida como “participação nos lucros”.

35- O empregado terá direito ao seguro-desemprego desde que:

- ( ) a) demitido sem justa causa, tenha tido vínculo de emprego durante 6 meses ou mais;
- ( ) b) demitido com ou sem justa causa, tenha tido vínculo de emprego

durante 6 meses ou mais;

- ( ) c) aposentado por tempo de serviço, tenha tido vínculo de emprego durante 4 meses ou mais;
- ( ) d) aposentado por invalidez, tenha contribuído para a Previdência Social nos últimos 36 meses.

36- A CPTS - Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória:

- ( ) a) para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural;
- ( ) b) para o exercício de atividade permanente e somente deverá ser assinada pelo empregador após o término do contrato de experiência;
- ( ) c) para o exercício de atividade permanente ou temporária, inclusive no âmbito do serviço público;
- ( ) d) para os trabalhadores autônomos e eventuais.

37- Indivíduo condenado por falso testemunho, se arrolado para prestar novo testemunho, em juízo, sofrerá a cominação de:

- ( ) a) incapaz;
- ( ) b) impedido;
- ( ) c) suspeito;
- ( ) d) suspenso.

38- O artigo 831 da CLT dispõe que: “A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação”. Contudo, havendo conciliação:

- ( ) a) o termo que for lavrado valerá como decisão passível de recurso ordinário;
- ( ) b) o termo que for lavrado valerá como decisão passível de recurso de revista;
- ( ) c) o termo que for lavrado valerá como decisão passível de agravo de petição;
- ( ) d) o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável.

39- Será nula a sentença se dela não constar, entre outros requisitos essenciais:

- ( ) a) o nome dos advogados das partes;
- ( ) b) o nome das testemunhas;
- ( ) c) o nome das partes;

( ) d) o nome do representante legal do reclamado.

40- Não cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário. Em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado:

( ) a) o mesmo Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma;

( ) b) a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;

( ) c) a Súmula de Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho;

( ) d) outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma.

41- O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, terá de prazo para entrar em exercício, incluído neste prazo o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede:

( ) a) 15 dias;

( ) b) 10 dias;

( ) c) 30 dias;

( ) d) 20 dias.

42- Assinale a opção errada:

( ) a) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria;

( ) b) Recondição é a reinvestidura do servidor estável no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens;

( ) c) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica;

( ) d) Transferência é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.

43- Um ato administrativo extingui-se por: cumprimento de seus efeitos;

desaparecimento do sujeito ou do objeto e retirada, que não abrange um dos itens a seguir, da forma em que se encontra correlacionado. Assinale a opção em que tal item se encontra:

- ( ) a) Invalidação: a retirada se dá por razões de oportunidade e conveniência;
- ( ) b) Cassação: a retirada se dá porque o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica;
- ( ) c) Caducidade: a retirada se dá porque sobreveio norma jurídica que tornou inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente;
- ( ) d) Contraposição: a retirada se dá porque foi emitido ato com fundamento em competência diversa que gerou o ato anterior, mas cujos efeitos são contrapostos aos daqueles.

44- Assinale a opção correta:

- ( ) a) A área que compreende a chamada “Esplanada dos Ministérios” é um bem de uso comum do povo;
- ( ) b) Os prédios dos Ministérios situados na “Esplanada”, em consequência do que foi afirmado na letra **a**, bens de uso comum do povo;
- ( ) c) O Lago de Brasília é um bem de uso dominial do Distrito Federal;
- ( ) d) Os terrenos pertencentes à Terracap, destinados à venda em leilão público, são bens de uso especial do Distrito Federal.

45- São exemplos de cláusulas exorbitantes, nos contratos administrativos, exceto:

- ( ) a) Exigências de Garantia;
- ( ) b) Alteração Unilateral;
- ( ) c) Rescisão Unilateral;
- ( ) d) Rescisão Bilateral.

46- No caso de infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico, a responsabilidade do agente é:

- ( ) a) Subsidiária;
- ( ) b) Solidária;

- ( ) c) Complementar;
- ( ) d) Pessoal.

47- Para efeito de determinar o momento da ocorrência do fato gerador, os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, sendo resolutória a condição:

- ( ) a) No ano seguinte ao da celebração da avenca;
- ( ) b) Desde o momento de seu implemento;
- ( ) c) No exaurimento do negócio;
- ( ) d) Desde a celebração do negócio.

48- O prazo legal para expedição de certidão negativa, a contar da data de entrega de requerimento na repartição fazendária:

- ( ) a) É de 48 horas;
- ( ) b) É de 10 dias;
- ( ) c) É de 07 dias;
- ( ) d) É de 30 dias.

49- Acerca da competência tributária, é certo afirmar que:

- ( ) a) Não constitui delegação de competência a atribuição a pessoas de direito privado da função de arrecadar tributos;
- ( ) b) Corresponde à capacidade de pessoa política de figurar na posição de sujeito ativo da obrigação tributária;
- ( ) c) É transferível mediante lei delegada;
- ( ) d) Pode ser exercida no sentido de nomear, como sujeito ativo, pessoa jurídica de direito público diversa daquela titular da competência, atribuindo-lhe a disponibilidade dos recursos auferidos.

50- É incorreto afirmar que a União, mediante lei complementar, poderá instituir Empréstimo Compulsório:

- ( ) a) No caso de conjuntura econômica que exija absorção temporária de poder aquisitivo, com observância ao Princípio da Anterioridade;
- ( ) b) No caso de guerra externa ou mesmo na sua iminência, sem observância ao Princípio da Anterioridade;
- ( ) c) No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o Princípio da Anterioridade;

( ) d) No caso de calamidade pública, sem observância ao Princípio da Anterioridade.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO II EXAME DE ORDEM DE 1999

QUESTÃO	RESPOSTA
1	B
2	D
3	C
4	A
5	C
6	D
7	A
8	B
9	D
10	D
11	B
12	C
13	B
14	A
15	B
16	A
17	A
18	C
19	D
20	C
21	C
22	B
23	D
24	C
25	D

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A
27	B
28	C
29	A
30	C
31	C
32	B
33	A
34	C
35	A
36	A
37	C
38	D
39	C
40	A
41	C
42	B
43	A
44	A
45	D
46	D
47	D
48	B
49	A
50	A